

# Sarney 26 AGO 1988 aprova 26 AGO 1988 o novo orçamento

GAZETA MERCANTIL

por Elaine Lerner  
de Brasília

O Orçamento Geral da União para 1989 está pronto e aprovado pelo presidente José Sarney. O ministro-chefe da Secretaria de Planejamento (Seplan), João Batista de Abreu, disse ontem à noite, após receber a aprovação do presidente, que "o orçamento está na máquina e os técnicos estão concluindo os testes finais".

Salientou que não serão feitos novos ajustes antes de o orçamento ser enviado ao Congresso Nacional, no próximo dia 31. "Só poderíamos alterar o orçamento se o Congresso adiasse o prazo de entrega para setembro", explicou.

Abreu adiantou que a exposição de motivos que acompanha o projeto de lei do Orçamento Geral da União "é exaustiva e tem o objetivo de explicar o quadro geral da política fiscal. Não serão duas ou três páginas como em anos anteriores". Na exposição de motivos é explicado que a meta do governo é reduzir o déficit público do próximo ano para 2% do Produto Interno Bruto (PIB), o que, a preço de junho passado, equivaleria ao montante de CZ\$ 1,5 trilhão.

O ministro deixará bem claro aos parlamentares que, necessariamente, o Orçamento Geral da União não será o único responsável por essa redução, podendo, até, apresentar um déficit em suas contas. "O importante é a soma dos orçamentos alcançar a meta de 2% do PIB através da conjugação de cortes e aumento de receitas", esclareceu Abreu.

A Seplan dispõe também dos orçamentos das estatais, da Previdência Social e dos estados e municípios. "Ainda não decidimos como dividiremos os cortes entre os quatro orçamentos", frisou Abreu. Lembrou que poderá aumentar a receita de investimentos para setores como a Petrobrás e Eletrobrás e diminuir os recursos no orçamento.

O importante, segundo ele, é que os orçamentos se ajustem à receita da União em 1989, que será 17,6% inferior à deste ano devido às mudanças tributárias determinadas pelo novo projeto de Constituição, que repassou estes recursos para estados e municípios. Com a "operação desmonte", incluída no Orçamento Geral da União, o governo federal estrutura vários programas federais e os deixa a cargo dos estados.